UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC.
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG.

PROCESSO SELETIVO 07/2026

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

Na sequência são apresentadas as questões elaboradas pela banca, a serem respondidas pelo candidato/a (nº de inscrição _____) conforme a Área de Conhecimento Administração Pública e Coprodução.

ATENÇÃO:

- **A CORREÇÃO SERÁ REALIZADA EXCLUSIVAMENTE COM BASE NAS RESPOSTAS ESCRITAS NO GABARITO DISPONIBILIZADO NA ÚLTIMA PÁGINA (PÁGINA 10) DESTA PROVA (A PROVA CONTÉM 10 PÁGINAS).**
- **O GABARITO DEVE SER PREENCHIDO COM CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA NA COR AZUL OU PRETA E SEM QUALQUER RASURA. A LETRA DEVE SER LEGÍVEL.**
- **CERTIFIQUE-SE QUE SUAS RESPOSTAS ATENDAM AO EXIGIDO ACIMA.**
- **TODA A PROVA DEVE SER ENTREGUE AO FINAL.**

Será atribuída pontuação 0 (zero) à(s) questão(ões):
a) assinalada(s) no gabarito, que não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo 07/2026;
b) assinalada(s) no gabarito, contendo emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada no gabarito;
d) que não estiver(em) assinalada(s) no gabarito;
e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações, ou seja, preenchidas a lápis, com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de tinta de cor diferente de azul ou preta, ou, ainda, que sejam ilegíveis.

1. Considerando a revisão de Fulgêncio e Le Fever (2016) tal como apresentada por Andion, Alperstedt e Graeff (2020, p. 184), julgue as afirmativas sobre ecossistemas e sistemas de inovação social.

Assinale V para verdadeiro e F para falso:

( ) No campo da inovação social, a discussão sobre ecossistemas era incipiente no recorte analisado, e a expressão "sistema de inovação social" tinha maior tradição de uso.

( ) Na revisão citada, o conceito de sistema de inovação social (SIS) é tratado como uma ruptura com a noção de sistema de inovação.

( ) O conceito de SIS é tributário da teoria dos sistemas, aplicada ao campo da inovação nos anos 1980.

( ) A definição de SIS articula atores e objetos para desenvolver, difundir e utilizar inovações voltadas a questões ou necessidades sociais.

( ) Na literatura examinada, o SIS é tratado em três níveis de análise: institucional, organizacional e racional.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

(A) V – V – V – V – F
(B) V – F – F – V – F
(C) V – F – V – V – F
(D) V – F – V – V – V

GABARITO: C

"Considerando mais especificamente o campo temático da inovação social, a discussão sobre a noção de "ecossistema" ainda é incipiente e permite observar uma maior tradição no uso do termo sistema de inovação social (SIS), como assinalam Fulgêncio e Le Fever (2016) em sua revisão sistemática sobre o tema. Os autores afirmam que o conceito de SIS é tributário da teoria dos sistemas e aplicado ao campo da inovação nos anos 1980. Para eles, o "conceito de sistema de inovação social é uma interconexão dos atores e objetos para desenvolvimento, difusão e utilização da inovação orientada para questões ou necessidades sociais" (Fulgêncio & Le Fever, 2016, p. 445). Tanto nessa definição quanto na revisão feita pelos autores de 15 artigos disponíveis no Google Scholar, cobrindo o período de 2000 a 2012, o conceito de SIS aparece como uma adaptação da noção de SI para o campo social, sendo tratado nos textos a partir de 3 níveis de análise, enfatizando, as dimensões econômica e técnica da inovação: a) institucional; b) organizacional; e c) societário". (ANDION; ALPERSTEDT e GRAEFF; 2020, p. 184).

ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 1, p. 181-200, 2020. P. 184

2. Assinale a alternativa incompatível com a concepção de inovação social adotada por Andion, Alperstedt e Graeff (2020).
(A) As inovações sociais emergem de uma trama de relações permeada por conflitos e capaz de gerar colaboração e participação.
(B) As inovações sociais resultam de ações isoladas de organizações governamentais, empresariais e da sociedade civil.
(C) A inovação social exige a mobilização e o engajamento de coletivos em torno das consequências dos problemas públicos da cidade.
(D) A associação de atores e actantes de diferentes setores pode favorecer a criação conjunta de soluções para desafios coletivos.

GABARITO: B

"Partimos, então, dessa leitura pragmatista para compreender as dinâmicas de inovação social que emergem na cidade. Interpretamos a inovação social enquanto processo de mudança social que exige "experimentação democrática" (Ansell, 2012; Bohman, 2004), ou seja, a mobilização e o engajamento de diferentes coletivos em torno das consequências produzidas pelos problemas públicos da cidade. Portanto, as inovações sociais são vistas não como fruto de ações isoladas, mas como resultantes de agenciamentos/associações (Latour, 2012) de diferentes atores e actantes provenientes de setores diversos (governo, mercado e sociedade civil), que têm a possibilidade de coinventar novas soluções para os desafios que enfrentam (Andion et al., 2017)" (ANDION; ALPERSTEDT e GRAEFF; 2020, p. 187).

ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 1, p. 181-200, 2020.

3. Segundo Andion e Serva (2004, p. 20), a redemocratização intensificou a institucionalização da sociedade civil no Brasil. Julgue as afirmativas sobre as iniciativas associadas a esse processo. Assinale V para verdadeiro e F para falso:

( ) Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi instituída a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

( ) Os fóruns de organizações que atuavam em áreas de interesse público ocorreram exclusivamente em âmbito nacional.

( ) O fortalecimento de entidades representativas da sociedade civil tal como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.

( ) A implementação do Programa Comunidade Solidária, somente a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que desenvolveu diversos projetos sócio econômicos através de parcerias entre o Estado e organizações civis.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

(A) V – V – V – F
(B) V – V – F – V
(C) V – F – V – F
(D) F – F – V – F

GABARITO: C

A redemocratização do país teve um impacto substancial na esfera da sociedade civil e conseqüentemente no campo das organizações da economia social. Podemos apontar como um dos efeitos de maior impacto a intensificação do processo de institucionalização da sociedade civil. Esse processo foi caracterizado por várias iniciativas, dentre as quais podemos citar o estabelecimento do Marco Legal do Terceiro Setor realizado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual produziu a legislação que cria um novo tipo de entidade, a OSCIP - organização da sociedade civil de interesse público; a realização de fóruns locais e nacionais reunindo organizações que atuam em diferentes áreas de interesse público; o fortalecimento de entidades representativas da sociedade civil tal como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; a implementação do Programa Comunidade Solidária, também durante o governo do presidente Cardoso, que desenvolveu diversos projetos sócio econômicos através de parcerias entre o Estado e organizações civis.

ANDION, C.; SERVA, M. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social, v. 4, n. 7, p. 7–24, 2004. Trecho citado na p. 20.

4. Com base em Andion e Serva (2004, p. 21), julgue as afirmativas sobre as parcerias de organizações da sociedade civil com organismos públicos e empresas privadas.
Assinale V para verdadeiro e F para falso:
( ) Segundo os autores, a escassez de recursos pode ser enfrentada pelas organizações da sociedade civil sem que elas precisem estabelecer alianças com atores de outras esferas.
( ) A complexidade tecnológica e a natureza dos problemas a enfrentar ajudam a explicar a necessidade de estabelecer alianças com atores de outras esferas.
( ) Todas as parcerias, sobretudo as mais intensas, trazem sempre consigo o risco potencial de descaracterização da identidade dos parceiros.
( ) Para os autores, o risco de descaracterização da identidade é exclusivo das parcerias com organismos públicos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:
(A) F – V – F – V
(B) V – F – V – F
(C) F – V – F – F
(D) F – V – V – F

GABARITO: D

"Outra questão a enfrentar diz respeito às parcerias que as organizações da sociedade civil devem estabelecer com organismos públicos e empresas privadas. Tais parcerias são absolutamente necessárias no novo cenário organizacional, onde a complexidade tecnológica, a natureza dos problemas a solucionar e a escassez generalizada de recursos impõem a efetivação de alianças com grupos originados nas outras esferas da sociedade. Entretanto, todas as parcerias, sobretudo as mais intensas, trazem sempre consigo o risco potencial de descaracterização da identidade dos parceiros."

ANDION, C.; SERVA, M. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social, v. 4, n. 7, p. 7–24, 2004. Trecho citado na p. 21.

5. A partir de Kissler e Heidemann (2006, p. 481–482), assinale a alternativa INCORRETA sobre governança pública:
(A) Governança é uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.
(B) Sob a ótica da ciência política, a governança pública não está associada a uma mudança na gestão política. Trata-se, apenas, de uma tendência para se recorrer cada vez mais à autogestão nos campos social, econômico e político, e não a uma nova composição de formas de gestão daí decorrentes.
(C) Paralelamente à hierarquia e ao mercado, com suas formas de gestão à base de "poder e dinheiro", ao novo modelo somam-se a negociação, a comunicação e a confiança. Aqui a governança é entendida como uma alternativa para a gestão baseada na hierarquia.
(D) Em relação à esfera local, ela significa que as cidades fortalecem cada vez mais a cooperação com os cidadãos, as empresas e as entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações.

GABARITO: B

No presente contexto temático, propõe-se entender governança como:
uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes. (Löffler, 2001, p. 212)
(...)
Sob a ótica da ciência política, a governança pública está associada a uma mudança na gestão política. Trata-se de uma tendência para se recorrer cada vez mais à autogestão nos campos social, econômico e político, e a uma nova composição de formas de gestão daí decorrentes. Paralelamente à hierarquia e ao mercado, com suas formas de gestão à base de "poder e dinheiro", ao novo modelo somam-se a negociação, a comunicação e a confiança. Aqui a governança é entendida como uma alternativa para a gestão baseada na hierarquia. Em relação à esfera local, ela significa que as cidades fortalecem cada vez mais a cooperação com os cidadãos, as empresas e as entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

6. Kissler e Heidemann (2006, p. 483) descrevem três transições na passagem do Estado convencional para um novo modelo de Estado.
Assinale a alternativa que não integra as três transições descritas pelos autores.
(A) de um Estado de serviço, produtor do bem público, em um Estado que serve de garantia à produção do bem público.
(B) de um Estado ativo, provedor solitário do bem público, em um Estado ativador, que aciona e coordena outros atores a produzir com ele.
(C) de um Estado dirigente ou gestor em um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros atores.
(D) de um Estado absolutista ou centralizador em um Estado democrático, que promove a coprodução do bem público.

GABARITO: D

Os fundamentos normativos da governança pública se estabelecem por um novo entendimento do Estado como agente de governança. Em outras palavras, eles resultam da resposta à pergunta: que significado tem o Estado nas estruturas de governança? Ou, dito de outra forma: o que distingue governança de governo? A resposta a essa pergunta permite identificar três fases no debate sobre a transição do Estado convencional para um novo modelo de Estado. Assim, conceitualmente, o Estado tradicional vem se transformando:
de um Estado de serviço, produtor do bem público, em um Estado que serve de garantia à produção do bem público;
de um Estado ativo, provedor solitário do bem público, em um Estado ativador, que aciona e coordena outros atores a produzir com ele;
de um Estado dirigente ou gestor em um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros atores."

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006, p. 483.

7. Segundo Rocha et al. (2021, p. 539), qual alternativa caracteriza a coprodução de bens e serviços públicos?
(A) Transferir aos cidadãos a responsabilidade pela prestação dos serviços, preservando aos governos o controle exclusivo sobre os recursos e as decisões.
(B) Promover o engajamento mútuo entre governantes e cidadãos, que mobilizam recursos disponíveis na sociedade e compartilham responsabilidades e poder, para produzir bens e serviços públicos
(C) Instituir uma política de austeridade cuja adoção se tornou obrigatória para os governos após a crise financeira global de 2008.
(D) Substituir a ação governamental pela participação voluntária, como forma de reduzir a fragmentação social sem compartilhar poder entre os envolvidos.

GABARITO: B

A coprodução do bem público pode ser definida como o engajamento mútuo entre governantes e cidadãos, que mobilizam recursos disponíveis na sociedade e compartilham responsabilidades e poder, para produzir bens e serviços públicos (Brudney & England, 1983; Denhardt & Denhardt, 2007; Marschall, 2004; Roberts, 2004; Salm & Menegasso, 2010; Verschuere, Brandsen & Pestoff, 2012).

ROCHA, A. C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D. M. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 3, p. 538-551, 2021, p. 539

8. A partir do texto de Rocha et al. (2021, p. 541), assinale a alternativa CORRETA, considerando a aplicação da perspectiva de Mary Parker Follett à coprodução.
(A) A coprodução é um processo contínuo, interativo e criativo que se desenvolve ao longo das interações entre os participantes.
(B) A coprodução deve ser compreendida principalmente como um produto final previamente acordado.
(C) Como os elementos da coprodução são mutuamente influentes, a atuação do gestor deve limitar-se a acompanhar os resultados, sem coordenar o processo ou intervir na articulação de interesses.
(D) O conflito deve ser suprimido, e o processo se encerra assim que os participantes obtêm o produto final, independentemente da continuidade das interações.

GABARITO: A

"A coprodução é um fenômeno complexo cuja compreensão remete às bases da teoria administrativa de Mary Parker Follett, e sua concepção de gerenciamento de organizações e sistemas sociais, que tem no processo integrativo sua essência. A obra de Follett respondia às condições sociais de seu tempo, em muitos aspectos similares às atuais. E esse vínculo se torna ainda mais pertinente ao se considerar que, hoje em dia, tais condições são ainda mais evidentes e os desafios quiçá mais urgentes.
(...)
Aplicando-se a perspectiva do processo integrativo à coprodução, tem-se a ideia de um processo contínuo, interativo e criativo, e não apenas de produto que se busque atingir, pois "A integração é o conceito fundamental de Follett, o qual ela aplica igualmente à existência física, à psique individual e a grupos de seres humanos em todos os contextos sociais" (Stout & Love, 2017, p. 359). E, como já frisado, mesmo observando-se o cenário atual de acirramento do extremismo e da competição que têm contribuindo para o crescimento das tensões sociais e para o questionamento das instituições de governança nacional e global, ou seja, o acirramento do conflito, a resposta de Follett é pertinente, pois o conflito não é ignorado, mas visto como etapa de um processo integrativo, criativo e colaborativo, por meio do qual se buscam alternativas e soluções para desafios coletivos (Stout & Love, 2017).
Nesse sentido, os elementos que compõem e estruturam a coprodução são não apenas inter-relacionados, mas dinâmica e mutuamente influentes.
Com isso, o processo demanda e induz o gestor público a um papel proativo na busca pela coprodução: coordenar um processo integrativo de elementos, funções e interesses convergentes".

ROCHA, A. C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D. M. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 3, p. 538-551, 2021, p. 541.

9. Segundo Rocha et al. (2021, p. 544), qual alternativa distingue a participação convencional do engajamento?
(A) A participação convencional e o engajamento são equivalentes, pois ambos exigem que o cidadão esteja pessoalmente envolvido na execução das ações e compartilhe responsabilidade por seus resultados.
(B) O engajamento corresponde à inclusão dos cidadãos no processo político por meio da eleição de representantes, enquanto a participação convencional exige envolvimento direto nas ações e em seus resultados.
(C) A participação convencional restringe-se à escolha de representantes, ao passo que qualquer envolvimento cidadão em decisões de políticas públicas já constitui necessariamente engajamento direto e compartilhamento de responsabilidade.
(D) A participação convencional pode ocorrer pela eleição de representantes ou pelo envolvimento dos cidadãos em decisões sobre políticas públicas. No engajamento, os cidadãos atuam direta e pessoalmente nas ações e compartilham a responsabilidade pelo processo e por seus resultados.

GABARITO: D

"A participação, quando restrita às formas definidas pela literatura como participação convencional ou citizen-oriented, refere-se à inclusão dos cidadãos no processo político, elegendo e delegando poder a seus representantes ou envolvido no processo decisório das políticas públicas. Representa, assim, o nível preliminar ao engajamento, que tem a mesma natureza da participação, porém exercido de forma mais profunda e direta, isto é, quando o cidadão está pessoal e diretamente envolvido nas ações e compartilha responsabilidade pelo processo e seus resultados (Stout & Love, 2017)" .

ROCHA, A. C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D. M. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 3, p. 538-551, 2021, p. 544.

10. Segundo Rocha et al. (2021, p. 545), como se caracteriza a accountability na administração pública?
(A) Accountability é uma estratégia voltada exclusivamente à fiscalização posterior de resultados, sem relação necessária com expectativas sociais ou com o exercício do poder público.
(B) Na administração pública, accountability corresponde à transferência do poder decisório dos agentes públicos para a sociedade, eliminando a necessidade de controle sobre a atividade pública.
(C) Accountability pode ser compreendida como estratégia para atender a expectativas e, na administração pública, como processo complexo de controle que busca responsabilizar permanentemente agentes públicos pelo uso do poder que lhes foi outorgado pela sociedade.
(D) Accountability designa apenas o cumprimento de expectativas administrativas internas, sem envolver a responsabilização dos agentes pelo uso do poder público.

GABARITO: C

"A accountability pode ser entendida como uma estratégia para atender a um conjunto de expectativas (Heidemann, 2009). No âmbito da administração pública, accountability refere-se a um processo complexo de controle da atividade pública que busca promover a responsabilização permanente dos agentes públicos em razão do uso do poder que lhes é outorgado pela sociedade (Mainwaring & Welna, 2005, O'Donnell, 1998, 2004; Rocha, 2011)"

ROCHA, A. C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D. M. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 3, p. 538-551, 2021, p. 545.

11. A partir do texto "Os Modelos de Administração Pública como Estratégias Complementares para a Coprodução do bem Público", de Salm e Menegasso (2009), e considerando a reconceituação da Administração Pública com base na teoria da delimitação dos sistemas sociais, assinale V para verdadeiro e F para falso:

( ) O ser humano é concebido como um ser único, pois possui liberdade para agir e analisar suas próprias ações, e multidimensional, por reunir simultaneamente as dimensões política, social e econômica.

( ) A multidimensionalidade humana pressupõe que a dimensão econômica seja predominante sobre as demais, uma vez que a satisfação das necessidades materiais constitui o fundamento das relações sociais.

( ) A fenonomia corresponde ao espaço dos iguais, da comunidade e da democracia participativa, sendo o ambiente por excelência das organizações sociais.

( ) A isonomia constitui um espaço necessário à realização humana, caracterizado pela igualdade entre os indivíduos, pela convivialidade e pela possibilidade de concretizar ações coletivas.

( ) A economia caracteriza-se como um espaço de desiguais, no qual se legitima a dominação, sendo também necessária à existência humana em razão de sua função na produção e alocação de bens e serviços.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

(A) V – F – F – V – V
(B) V – V – F – F – V
(C) F – V – F – V – F
(D) V – F – F – V – F

GABARITO: A

• 1ª afirmativa – Verdadeira: seção 2.1, "A Concepção de Ser Humano". Os autores definem o ser humano como único e multidimensional, sendo simultaneamente um animal político, social e econômico. (p. 100).
• 2ª afirmativa – Falsa: o texto não estabelece hierarquia de predominância da dimensão econômica sobre as demais. Ao contrário, enfatiza a multidimensionalidade humana.
• 3ª afirmativa – Falsa: a descrição apresentada corresponde à isonomia. A fenonomia é definida como espaço pessoal, necessário à existência humana. (p. 101).
• 4ª afirmativa – Verdadeira: a isonomia é caracterizada como espaço dos iguais, da comunidade e da democracia participativa, constituindo ambiente apropriado às organizações sociais. (p. 101).
• 5ª afirmativa – Verdadeira: a economia é apresentada como espaço de desiguais, no qual se legitima a dominação, caracterizado pela eficiência na produção e alocação de bens e serviços. (p. 101).

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 25, set./dez. 2009.

12. Com base em Salm e Menegasso (2009), julgue as afirmativas sobre a administração pública convencional, a nova gestão pública e o novo serviço público.
Assinale V para verdadeiro e F para falso:
( ) No modelo convencional, o envolvimento do cidadão na produção do bem público ocorre de forma instrumental quando serve para ampliar a eficiência e reduzir os custos dos serviços.
( ) No modelo da Administração Pública convencional, o poder discricionário dos administradores públicos deve ser ampliado, sendo dispensável a responsabilização dos agentes políticos pelos atos praticados na implementação das políticas públicas.
( ) A nova gestão pública surge como resposta às deficiências do modelo convencional, incorporando práticas associadas à gestão privada, como mecanismos de mercado, privatização dos serviços, descentralização e gestão por resultados.
( ) A nova gestão pública e o novo serviço público compartilham a mesma orientação epistemológica, uma vez que ambos concebem o cidadão prioritariamente como consumidor dos serviços públicos e atribuem centralidade à produtividade.
( ) No novo serviço público, a função principal do administrador público consiste em fomentar a democracia enquanto produz ou coproduz o serviço público, valorizando a cidadania, o interesse público e a participação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:
(A) V – V – F – F – V
(B) F – V – V – F – V
(C) V – F – V – F – V
(D) V – F – F – V – F

GABARITO: C

• 1ª afirmativa – Verdadeira: seção 3.1. Os autores explicam que o envolvimento do cidadão não é considerado estratégia de produção do bem público no modelo convencional, salvo quando utilizado para ampliar a eficiência e reduzir custos. (p. 105).
• 2ª afirmativa – Falsa: o texto afirma que se espera a redução do poder discricionário dos administradores públicos e que os agentes políticos devem responder por seus atos. (p. 105).
• 3ª afirmativa – Verdadeira: a nova gestão pública surge como resposta às deficiências do modelo convencional e incorpora mecanismos de mercado, descentralização, privatização e gestão por resultados. (p. 106).
• 4ª afirmativa – Falsa: a figura do consumidor caracteriza a nova gestão pública, enquanto o novo serviço público privilegia a cidadania. Os modelos têm bases epistemológicas originais distintas (p. 107–108).
• 5ª afirmativa – Verdadeira: os autores identificam como função principal do administrador público, no novo serviço público, fomentar a democracia enquanto produz ou coproduz serviços públicos. (p. 108).

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 25, set./dez. 2009.

13. A coprodução de bens e serviços públicos, conforme conceituada por Salm (2014), no texto "Coprodução de bens e serviços públicos", presente no "Dicionário para a formação em gestão social", pressupõe uma compreensão ampliada da produção do bem público, que ultrapassa a atuação isolada do aparato estatal e incorpora diferentes agentes e formas de articulação social. Considerando os fundamentos e as características dessa estratégia, analise as afirmativas a seguir, assinalando V para verdadeira e F para falsa.

( ) A coprodução constitui uma estratégia de produção de bens e serviços públicos baseada no compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos, cuja articulação ocorre por meio de redes, parcerias ou outros arranjos societários.

( ) A participação do cidadão na coprodução está condicionada à transferência da responsabilidade pela prestação dos serviços públicos para as organizações da sociedade civil, cabendo ao Estado atuar como agente regulador.

( ) A multidimensionalidade humana constitui um dos fundamentos da coprodução, pois reconhece a capacidade do ser humano de participar da comunidade como agente político e social, além de sua condição de integrante da biosfera.

( ) A coprodução pressupõe a valorização do interesse privado como mecanismo de estímulo à eficiência, sendo a participação cidadã desejável desde que não comprometa os objetivos econômicos dos agentes envolvidos.

( ) A participação do cidadão pode ocorrer em diferentes graus, mas deve estar associada à construção da boa comunidade e à prática de valores que enfatizem o interesse público, a autorrealização humana e a sustentabilidade da biosfera.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(A) V – F – V – F – V
(B) V – V – F – F – V
(C) F – F – V – V – F
(D) V – F – F – V – V

GABARITO: A

• 1ª afirmativa – Verdadeira: o autor define a coprodução como estratégia baseada no compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, privados e cidadãos, articulados por redes e parcerias (p. 42).
• 2ª afirmativa – Falsa: Salm caracteriza a participação cidadã pela interação com a comunidade e o Estado e pelo compartilhamento de responsabilidades e poder. A transferência de responsabilidade às organizações da sociedade civil não é apresentada como condição da participação (p. 42).
• 3ª afirmativa – Verdadeira: a multidimensionalidade humana está associada à participação do indivíduo como agente político e social e à sua condição de parte da biosfera (p. 42).
• 4ª afirmativa – Falsa: o autor destaca a primazia do interesse público sobre o privado, e não o contrário (p. 42).
• 5ª afirmativa – Verdadeira: o texto associa a coprodução à construção da boa comunidade e à autorrealização humana e sustentabilidade da biosfera (p. 42).

SALM, José Francisco. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 42-44.

14. Considerando o verbete "Coprodução de bens e serviços públicos", de Salm (2014, p. 42), julgue as afirmativas sobre as finalidades gerais da coprodução.

( ) A busca por maior eficiência e eficácia das organizações públicas constitui uma das razões para a realização da coprodução, embora não esgote suas finalidades.

( ) A participação de organizações não governamentais na coprodução está relacionada à busca de maior envolvimento desses atores na realização de ações necessárias ao bem-estar da comunidade.

( ) A articulação entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos possui como finalidade central substituir a atuação estatal por meio de outros mecanismos de provisão de bens e serviços.

( ) O engajamento cívico dos cidadãos e da comunidade, com vistas à transformação social, constitui uma das finalidades expressamente associadas à coprodução.

( ) A coprodução se justifica prioritariamente pela necessidade de reduzir os custos da prestação dos serviços públicos, sendo a articulação entre diferentes agentes um meio operacional para alcançar esse objetivo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(A) V – V – F – V – V
(B) V – V – F – V – F
(C) F – V – F – V – V
(D) V – V – V – F – F

GABARITO: B

• 1ª afirmativa – Verdadeira: a busca por eficiência e eficácia das organizações públicas é uma das razões apontadas pelo autor para a coprodução (p. 42).
• 2ª afirmativa – Verdadeira: o texto menciona a participação de organizações não governamentais na consecução de ações necessárias ao bem-estar comunitário (p. 42).
• 3ª afirmativa – Falsa: a coprodução não tem como finalidade substituir a atuação estatal. O texto destaca a articulação entre os agentes para a realização do interesse público (p. 42).
• 4ª afirmativa – Verdadeira: o engajamento cívico e a transformação social são explicitamente mencionados entre as finalidades da coprodução (p. 42).
• 5ª afirmativa – Falsa: o verbete apresenta a eficiência e a eficácia entre as motivações gerais, sem dar primazia à redução de custos (p. 42). A eficiência tem papel específico em algumas modalidades, como a coprodução nominal (p. 43).

SALM, José Francisco. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 42-44.

15. Salm (2014), no texto "Coprodução de bens e serviços públicos", presente no "Dicionário para a formação em gestão social", estabelece interfaces entre gestão social e coprodução de bens e serviços públicos, identificando pressupostos compartilhados que contribuem para uma compreensão ampliada da gestão pública. Essa aproximação implica repensar tanto o papel do cidadão quanto o próprio escopo de atuação da administração pública.

Considerando essa perspectiva, analise as afirmativas:
( ) A gestão social e a coprodução compartilham a premissa de que o cidadão deve ser reconhecido como agente político na comunidade, e não apenas como destinatário dos serviços públicos.
( ) A convergência entre gestão social e coprodução pressupõe a manutenção do modelo burocrático centralizador como principal referência para a produção de bens e serviços públicos, desde que sejam aperfeiçoados seus mecanismos de controle.
( ) O empoderamento da comunidade, a primazia do interesse público sobre o privado e a multidimensionalidade humana constituem elementos comuns às perspectivas da gestão social e da coprodução.
( ) A responsividade, ao contribuir para tornar plena a accountability dos agentes públicos, integra o conjunto de premissas compartilhadas pela gestão social e pela coprodução.
( ) No escopo da gestão pública reconceituada por Salm, a produção com a comunidade se concentra na formulação de políticas e exclui a realização de serviços públicos rotineiros.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:
(A) V – V – F – V – F
(B) F – F – V – V – V
(C) V – F – V – F – F
(D) V – F – V – V – F

GABARITO: D

• 1ª afirmativa – Verdadeira: o autor destaca a participação do cidadão como agente político na comunidade entre as premissas compartilhadas (p. 43).
• 2ª afirmativa – Falsa: o texto aponta a superação do modelo burocrático centralizador, considerado pouco eficiente e eficaz na produção de bens e serviços públicos (p. 43).
• 3ª afirmativa – Verdadeira: os três elementos estão expressamente relacionados às interfaces entre gestão social e coprodução (p. 43).
• 4ª afirmativa – Verdadeira: a responsividade, que torna plena a accountability dos agentes públicos, é mencionada entre as premissas comuns (p. 43).
• 5ª afirmativa – Falsa: Salm inclui no escopo da coprodução tanto a formulação de políticas públicas quanto serviços rotineiros, como segurança, saúde e educação (p. 43).

SALM, José Francisco. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 42-44.

16. Uma prefeitura organiza uma rede para prevenir alagamentos em um bairro. Uma empresa fornece materiais e uma associação de moradores divulga o cronograma. A prefeitura define quais pontos do bairro serão atendidos primeiro e quais ações serão executadas. Segundo a concepção de coprodução de Salm (2014, p. 42–43), qual mudança faria a rede compartilhar tanto o poder de decisão sobre as prioridades quanto as responsabilidades pela execução?

(A) Incluir outras associações de moradores na rede e atribuir a cada uma a divulgação do plano em sua área de atuação.
(B) Consultar os moradores sobre os pontos de alagamento e usar os relatos para que a prefeitura defina as prioridades.
(C) Atribuir à associação de moradores a coordenação das ações no bairro, conforme as prioridades e o plano definidos pela prefeitura.
(D) Definir as prioridades em conjunto com os moradores e os demais parceiros da rede e dividir com eles as responsabilidades pela execução.

GABARITO: D

Justificativa. Salm (2014, p. 42–43) caracteriza a coprodução pelo compartilhamento de poder e responsabilidades. Redes e parcerias são formas de organizar essa interação.

D reúne os dois critérios pedidos. A amplia a composição da rede. B permite que os moradores influenciem a decisão, cuja definição cabe à prefeitura. C confere à associação poder de coordenação na execução, enquanto as prioridades seguem definidas pela prefeitura.

SALM, José Francisco. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 42–44.

17. Uma secretaria municipal de saúde e associações de usuários definem em conjunto os critérios de atendimento de um serviço domiciliar. As associações orientam os usuários sobre o acesso ao serviço, e a secretaria organiza as escalas das equipes. Ao identificar atrasos nas visitas, as associações apresentam seus registros à secretaria e pedem que ela explique como organizou as escalas e quais providências adotará. Com base em Lavalle e Szwako (2015, p. 177 e 182) e em Rocha et al. (2021, p. 539 e 545), qual alternativa interpreta adequadamente a relação entre coprodução, autonomia das associações e controle social nesse caso?

(A) A cobrança de explicações constitui controle social, mas a participação das associações na execução do serviço impede que elas exerçam esse controle com autonomia enquanto durar a parceria.
(B) A coprodução pode coexistir com a autonomia das associações. Ao apresentar seus registros e cobrar da secretaria explicações e providências sobre uma atribuição sob responsabilidade dela, as associações exercem controle social no âmbito da parceria.
(C) O controle social ocorre quando as associações participam da definição dos critérios de atendimento. A apresentação dos registros e a cobrança de providências fazem parte do acompanhamento operacional do serviço.
(D) A parceria é compatível com a autonomia das associações, mas a cobrança de explicações e providências só passa a integrar a accountability social quando é encaminhada a um órgão estatal de controle.

GABARITO: B

Justificativa. A definição conjunta dos critérios de atendimento e a divisão das tarefas de implementação caracterizam a coprodução no caso (Rocha et al., 2021, p. 539). A organização das escalas cabe à secretaria. Quando as associações apresentam seus registros e pedem explicações e providências sobre essa atribuição, exercem controle social (Rocha et al., 2021, p. 545). A alternativa A presume que a cooperação impede a atuação autônoma. Para Lavalle e Szwako (2015, p. 177 e 182), a autonomia precisa ser examinada nas relações concretas entre os atores. O caso mostra que as associações podem contestar uma decisão enquanto cooperam com a secretaria. A alternativa C confunde a participação no planejamento com a cobrança de explicações pelo exercício de uma atribuição pública. A alternativa D transforma a articulação entre controle social e institucional em condição para reconhecer a cobrança cidadã. Essa articulação pode contribuir para a efetividade da accountability, e a cobrança direta já integra o processo (Rocha et al., 2021, p. 545).

LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. Opinião Pública, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157–187, 2015.

ROCHA, Arlindo Carvalho; SCHOMMER, Paula Chies; DEBETIR, Emiliana; PINHEIRO, Daniel Moraes. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 3, p. 538–551, 2021.

18. Em dois municípios, os conselhos gestores do transporte escolar reúnem representantes do governo e da sociedade civil. Ambos examinam os relatórios de execução do serviço e cobram da prefeitura explicações sobre rotas que deixaram de ser atendidas. No segundo município, a secretaria e as associações comunitárias também pactuam, em reuniões do conselho, a reorganização das rotas. As associações participam da implantação dos novos pontos de embarque, e a prefeitura continua responsável pela operação do transporte. Com base em Ronconi, Debetir e De Mattia (2011, p. 52–53 e 55–57), qual alternativa interpreta adequadamente o papel dos conselhos nos dois municípios?

(A) Nos dois municípios, os conselhos exercem controle social. No segundo, o conselho também funciona como espaço de coprodução, pois nele são pactuadas mudanças no serviço cuja implantação envolve a prefeitura e as associações comunitárias.
(B) Nos dois municípios, os conselhos funcionam como espaços de coprodução, pois a participação de representantes da sociedade civil na fiscalização já caracteriza a produção conjunta do serviço.
(C) No primeiro município, o conselho exerce controle social. No segundo, como a comunidade participa da implantação das mudanças, a fiscalização do conselho passa a integrar o controle interno da prefeitura.
(D) No segundo município, a atuação do conselho caracteriza participação na gestão do serviço. Para caracterizar coprodução, seria necessário que as associações comunitárias também assumissem parte da operação regular do transporte.

GABARITO: A

Justificativa. Nos dois municípios, o exame dos relatórios e a cobrança de explicações expressam controle social sobre a ação governamental, uma dimensão da accountability. No segundo, o conselho também articula a coprodução. A secretaria e as associações pactuam as mudanças nas rotas em reuniões do conselho e atuam conjuntamente na implantação dos novos pontos de embarque. O caso ilustra a tese das autoras de que os conselhos podem ser espaços de coprodução quando abrigam formas de atuação conjunta entre Estado e sociedade civil. A alternativa B toma a fiscalização como evidência suficiente de produção conjunta. O controle pode integrar a coprodução, como assinalam as autoras na p. 56, mas a fiscalização descrita no primeiro município demonstra apenas o exercício do controle social. A alternativa C confunde o controle social com o controle interno da prefeitura. A alternativa D exige que as associações assumam parte da operação regular do transporte, embora elas já participem do planejamento e da implantação das mudanças no serviço.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu; DEBETIR, Emiliana; DE MATTIA, Clenia. Conselhos gestores de políticas públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, v. 14, n. 3, p. 46–59, set./dez. 2011.

19. Considere a abordagem integrativa da coprodução do bem público apresentada por Rocha et al. (2021).

Considerando os argumentos desenvolvidos no artigo, analise as afirmativas a seguir, assinalando V para verdadeira e F para falsa.

( ) Limitações fiscais podem incentivar a coprodução, mas também podem estar associadas à redução da atuação estatal na prestação de serviços e na garantia de direitos.

( ) Transparência, informação, confiança, participação e accountability são condições que devem estar necessariamente consolidadas antes do início da coprodução, pois sua modificação ou fortalecimento é mais difícil durante sua realização.

( ) Os elementos estruturantes da coprodução são inter-relacionados e dinamicamente influentes, de modo que podem constituir tanto condições para o desenvolvimento do processo quanto resultados dele decorrentes.

( ) A compreensão integrativa da coprodução pressupõe que cada elemento estruturante seja analisado isoladamente, uma vez que sua autonomia permite identificar com maior precisão as causas dos resultados alcançados.

( ) A coesão social pode ser consequência e catalisadora dos elementos estruturantes, contribuindo para sustentar processos de coprodução.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(A) V – F – V – F – V
(B) V – V – V – F – V
(C) F – F – V – F – V
(D) V – F – F – F – V

GABARITO: A

• 1ª afirmativa – Verdadeira: os autores reconhecem que limitações fiscais podem estimular a coprodução e também representar possível redução da atuação estatal na prestação de serviços e na garantia de direitos (p. 548).
• 2ª afirmativa – Falsa: os autores destacam que os elementos podem ser tanto condições necessárias quanto decorrências da coprodução, sendo passíveis de fortalecimento, transformação, ampliação ou destruição durante o processo (p. 539).
• 3ª afirmativa – Verdadeira: o artigo enfatiza a influência dinâmica e recíproca entre os elementos estruturantes (p. 541).
• 4ª afirmativa – Falsa: a visão integrativa exige compreender as inter-relações dos elementos (p. 541). Os autores admitem que pesquisas futuras examinem cada elemento individualmente e também em conjunto (p. 547).
• 5ª afirmativa – Verdadeira: a coesão social é apresentada como elemento que pode ser consequência e catalisadora dos elementos estruturantes (p. 538 e 547–548).

ROCHA, A. C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D. M. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 3, p. 538-551, 2021.

20. Considere o tratamento dado à transparência e à informação no artigo de Rocha et al. (2021).

A partir dessa perspectiva, analise as afirmativas, assinale V para verdadeiro e F para falso:
( ) A transparência pública, compreendida como fluxo aberto de informações produzido pelo governo e orientado aos cidadãos, contribui para criar condições favoráveis à coprodução.
( ) A transparência é suficiente para assegurar a coprodução, uma vez que a divulgação de informações elimina os obstáculos relacionados à confiança, à comunicação e à participação dos cidadãos.
( ) A informação percebida, confrontada com os conhecimentos existentes e aceita pode ser incorporada ao conhecimento. A estruturação desse conhecimento permite constituir saber.
( ) A disponibilidade de informações qualificadas produzidas pelo governo, pela imprensa e pelos cidadãos e suas organizações contribui para o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas, bem como para o controle institucional e social.
( ) Na coprodução da informação e do controle, os cidadãos podem conhecer os limites enfrentados pelos governos, enquanto os governantes ampliam seu conhecimento sobre as expectativas, os pontos de vista e as capacidades dos cidadãos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:
(A) V – V – F – V – F
(B) F – V – V – F – V
(C) V – F – V – V – V
(D) V – F – F – V – V

GABARITO: C

• 1ª afirmativa – Verdadeira: os autores definem a transparência como fluxo aberto de informações criado pelo governo e orientado aos cidadãos (p. 541).
• 2ª afirmativa – Falsa: o artigo afirma expressamente que a transparência, embora necessária, não é suficiente. Sua contribuição está em proporcionar a divulgação de informações e criar bases para comunicação, construção de consensos e ampliação da confiança recíproca (p. 542).
• 3ª afirmativa – Verdadeira: a seção "Informação para o conhecimento" apresenta essa relação entre informação, conhecimento e saber (p. 542).
• 4ª afirmativa – Verdadeira: os autores destacam a importância da informação qualificada para o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas, além do combate à corrupção e do controle institucional e social (p. 542).
• 5ª afirmativa – Verdadeira: a interação entre cidadãos e governantes possibilita a produção compartilhada de informações e conhecimentos, permitindo que ambos compreendam melhor suas condições, expectativas e capacidades (p. 542).

ROCHA, A. C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D. M. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 3, p. 538-551, 2021.

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

Gabarito Oficial do Processo Seletivo 07/2026

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	C	D	B	D	B	A	D	C

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	A	B	D	D	B	A	A	C

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

Ricardo Dias Carvalho

Mauricio C. Serafim

Mauricio C. Serafim